

Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

9ª Edição
Janeiro de 2010

Editorial

O ano 2010 começa otimista. As perspectivas para a economia mundial melhoraram significativamente. Após sete trimestres de contração do produto, setembro de 2009 os EUA mostrou o primeiro resultado positivo que deve continuar nos próximos trimestres, ainda que a taxas mais moderadas. Na Alemanha o ano de 2009 foi marcado pela queda no PIB da ordem de 6%.

Os setores públicos devem apresentar déficits fiscais por alguns anos, especialmente nos EUA após a intensa intervenção governamental na crise do sistema financeiro. A zona do Euro convive com riscos de déficit fiscal que pode perturbar a política monetária do bloco, especialmente em países como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, incorporados posteriormente ao bloco e que não empreenderam as necessárias reformas.

Na América Latina assiste-se à crescente instabilidade política na Venezuela e Argentina. O Brasil parece ter decolado novamente apesar do desinteresse do governo nas necessárias mudanças estruturais.

Os gastos Federais cresceram R\$ 74,5 bilhões, passando de 16,3% para 17,1% do PIB. Esse aumento se destinou majoritariamente a custear aumentos da folha de pagamentos e benefícios da previdência e da assistência social. Esse aumento sustentou a demanda por bens de consu-

mo e contribuiu, evidentemente, para evitar queda mais profunda no nível de atividade. Também ajudou na retomada do crescimento a partir do terceiro trimestre - teremos crescimento garantido no curto prazo.

A contrapartida é a manutenção de insuficiente nível de investimento público que se manifesta na não modernização e deterioração da infra-estrutura e na deficiência de quase todos os serviços públicos. Nem há que se argumentar que faltam recursos, dada a enorme carga tributária que incide sobre a sociedade. Isso poderá fazer colocar gargalos ao crescimento.

Em 2010 o crescimento da economia deve ser robusto - 5,3% esperado pelo mercado. Esse resultado estará sendo impulsionado pelo consumo das famílias (aumento do salário mínimo acima da inflação) e pelo melhor desempenho da economia mundial, especialmente na China.

Política fiscal expansionista (resultado primário abaixo de 2% em 2009 e 2010) e pressão inflacionária (aumento do IPCA no último trimestre de 2009) indicam que o Banco Central deverá empreender política monetária restritiva, como já delineada pela manutenção da taxa de juros na reunião do Copom de 27 de janeiro.

Apesar da baixa produção industrial de 2009, o emprego continuou crescendo com aumento da participa-

ção do emprego formal na população ocupada e com aumento da renda real.

Essas são boas notícias para o mercado de saúde suplementar. Se as previsões para o cenário econômico se concretizarem, o crescimento do número de beneficiários pode mesmo superar os 5% observados antes da crise. A crise havia quase paralisado as vendas no primeiro semestre de 2009, mas essas voltaram com grande ímpeto no terceiro trimestre (1,6%).

A ANS, que completa 10 anos de atividade, implementou importantes mudanças início de 2010 - novas regras contábeis e de garantias financeiras e atualização do rol de procedimentos a partir de 07 de junho de 2010.

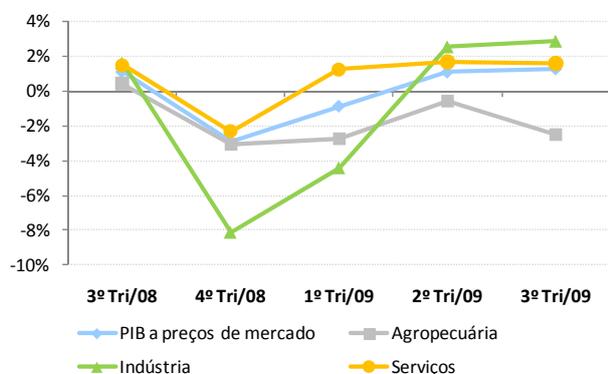
A diretoria da ANS também será renovada em 2010 com o vencimento dos mandatos de três Diretores - apenas um pode ser reconduzido.

A sinistralidade em 2009 cresceu pela queda no ritmo das vendas e especialmente pelo aumento da frequência de utilização dos serviços médicos. A pergunta é se esse aumento na frequência de utilização irá se manter no novo ambiente econômico mais otimista.

José Cechin

Superintendente Executivo

Gráfico 1 - Variação trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal set2008 - set2009



Fonte: Contas Nacionais - IBGE

Gráfico 2 - PME: Distribuição da população (PEA e PNEA) - Dez/08 a Dez/09 (Nº de pessoas)

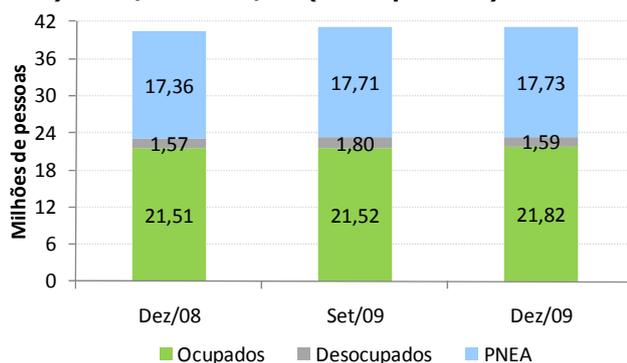


Tabela 2 - PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - Dez/08 e Dez/09

População Ocupada	Posição Dez/08		Posição Dez/09	
	PEA (%)	Em mil pessoas	PEA (%)	Em mil pessoas
Com carteira	49,2	10.574	49,3	10.749
Conta própria	18,7	4.027	19,1	4.156
Sem carteira	19,2	4.119	19,2	4.193
Empregadores	4,7	1.003	4,5	976
Não remunerados	0,6	134	0,6	123
Setor público	7,6	1.641	7,4	1.611

Fonte: PME - IBGE

1. Cenário macroeconômico

1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo dados dessazonalizados divulgados pelo IBGE, o PIB cresceu 1,3% no terceiro trimestre de 2009, valor pouco abaixo do crescimento dos 12 meses anteriores, 1,5%. O resultado denota a recuperação da atividade econômica, após o baixo desempenho da atividade industrial ao fim do ano de 2008.

A indústria conseguiu manter índices de desempenho positivos no terceiro e quarto trimestres de 2009, mas ainda não suficientes para recuperar o nível de atividade observado antes das fortes quedas no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009.

As estimativas para o crescimento do PIB no 4º trimestre de 2009 são otimistas e o mercado espera fechar o ano com crescimento modesto de 0,24%. A projeção para 2010 aponta para uma retomada da economia brasileira sustentado, principalmente, pelo consumo interno.

Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2010

Indicador	Expectativas
IPCA (%)	4,60
IGP-M (%)	4,59
Meta Taxa Selic (%)	11,25
Câmbio (R\$/US\$)	1,75
PIB (%)	5,30

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 22/Jan/2010

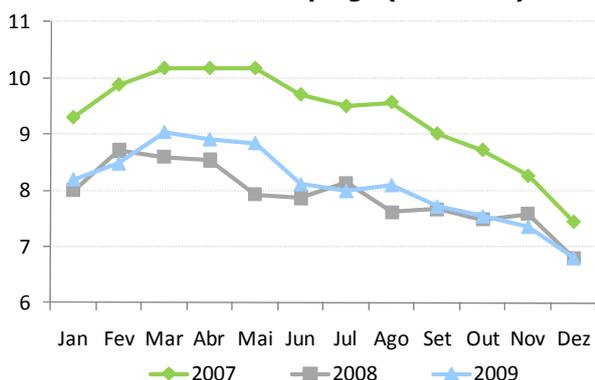
1.2 Emprego - PME

A trajetória dos indicadores do mercado de trabalho confirma a retomada consistente da atividade econômica.

Os últimos dados disponibilizados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, mostram a manutenção da taxa de desemprego em patamar reduzido (6,8%) e elevação do número de ocupados (1,0%), com predominância da criação de ocupações com carteira assinada.

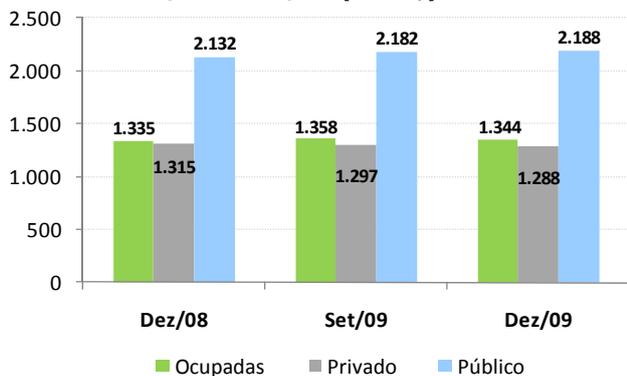
O recuo da taxa de desocupação na passagem

Gráfico 3 - Taxa de desemprego (% da PEA)



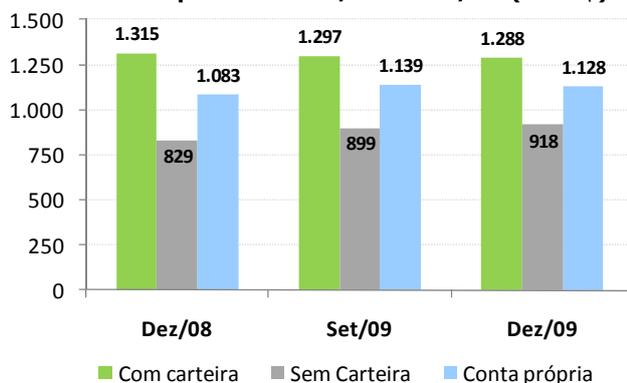
Fonte: PME - IBGE

Gráfico 4 - Rendimento real mensal habitualmente recebido - Dez/08 a Dez/09 (em R\$)



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 5 - Rendimento real mensal habitualmente recebido Setor privado - Dez/08 a Dez/09 (em R\$)



Fonte: PME – IBGE

de setembro para dezembro do ano passado foi resultado de uma diminuição de 207 mil pessoas na população desocupada em concomitância com um aumento de apenas 86 mil pessoas na população economicamente ativa. A taxa de desocupação de dezembro de 2009 manteve o nível de dezembro anterior. Como o crescimento da ocupação foi insuficiente para absorver o aumento da população em idade ativa, muitas pessoas desistiram de procurar emprego e, pelos critérios da PME, não estão incluídas entre os desocupados.

O destaque foi para o aumento do emprego formal, 2,6% em 12 meses, apesar da diminuição do emprego no setor público em dezembro de 2009, em relação ao mesmo mês em 2008, como também do número de empregadores.

1.3 Renda - PME

O trabalhador do setor privado percebeu redução de sua renda real tanto na comparação em 12 meses quanto no último trimestre do ano, -2,1% e -0,7%, respectivamente. Esse efeito só foi percebido pelos trabalhadores com carteira assinada. Os trabalhadores sem carteira e por conta própria perceberam aumento da renda real tanto no trimestre quanto nos últimos 12 meses.

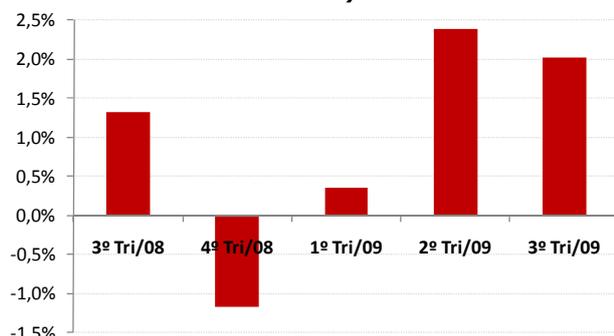
Ao contrário do setor privado, o rendimento real do trabalhador do setor público cresceu 2,6% em 12 meses e 0,3% no trimestre finalizado em dezembro.

1.4. Consumo

O crescimento do consumo das famílias foi fator importante para evitar uma queda ainda maior do PIB no final de 2008 e primeiro semestre de 2009 e foi importante para que o PIB não apresentasse queda relevante no ano. Os dados com ajuste sazonal mostram que no 3º trimestre do ano, a despesa de consumo das famílias cresceu 2,0%, em relação ao trimestre imediatamente anterior, sendo a terceira alta consecutiva.

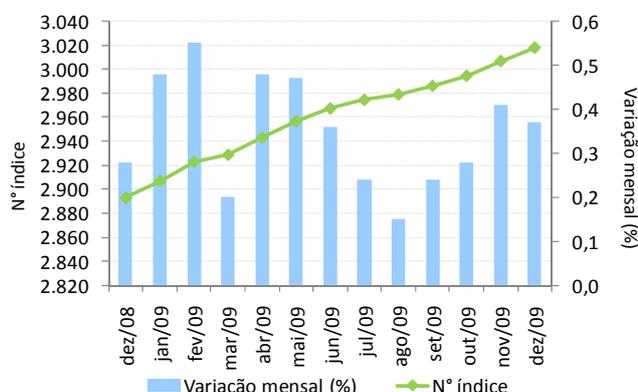
Esse resultado se deve à combinação da retomada do emprego com aumento da renda real em alguns setores, o incentivo fiscal do

Gráfico 6 - Variação trimestral da despesa de consumo das famílias 2008 - 2009 (Série com ajuste sazonal - Base: média 1995 = 100)



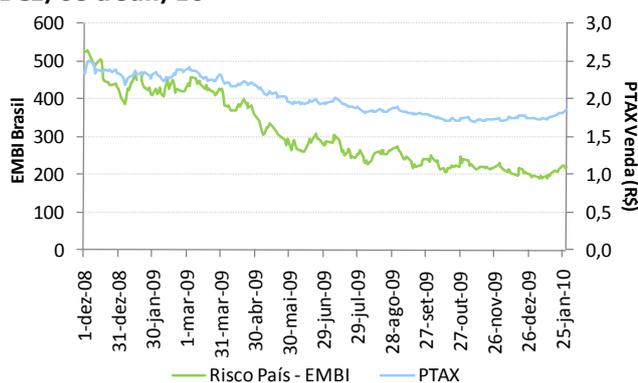
Fonte: Contas Nacionais - IBGE

Gráfico 7 - IPCA: Variação mensal e índice acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE

Gráfico 8 - Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil - Dez/08 a Jan/10



Fonte: J. P. Morgan e Bacen

governo, como cortes do IPI, e a expansão do mercado de crédito destinado a pessoas físicas, com juros mais baixos praticados no histórico recente e recordes de volume emprestado.

1.5 Inflação

A taxa de inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, apresentou aceleração no último trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, ao marcar alta de 0,9%. Essa aceleração registrada pelos preços ao consumidor traduz os impactos do aumento assinalado no preço do álcool combustível, assim como da elevação da alíquota do IPI sobre automóvel novo. Também o crescimento sazonal dos preços no grupo vestuário refletiu o ambiente de retomada do nível de atividade.

1.6 Taxas de Juros

Em sua última reunião (27 de janeiro de 2010), o Copom manteve a taxa de juros inalterada em 8,75%. A preocupação com o aumento da inflação e com a expansão nos gastos do governo devem fazer o Copom alterar a política de baixa nos juros e iniciar uma tendência de aumentos graduais ao longo do ano.

1.7 Câmbio

O câmbio vinha em uma trajetória de queda nos últimos 12 meses e agora no final de janeiro de 2010 sofreu um acelerado processo de valorização. Em janeiro de 2010, ocorreu a saída de capital externo da Bolsa de Valores, que operou em baixa em janeiro. Explicam esse comportamento a expectativa dos anúncios da última semana do mês como a Manutenção do presidente do FED, a divulgação do PIB dos EUA e a política de juros do Copom para esse ano. O Risco Brasil também apresentou tendência de queda durante 2009, apenas um pouco mais discreta do que a do câmbio, mas acompanhando esse indicador com pequena elevação em janeiro.

1.8 Resumo – Cenário macroeconômico

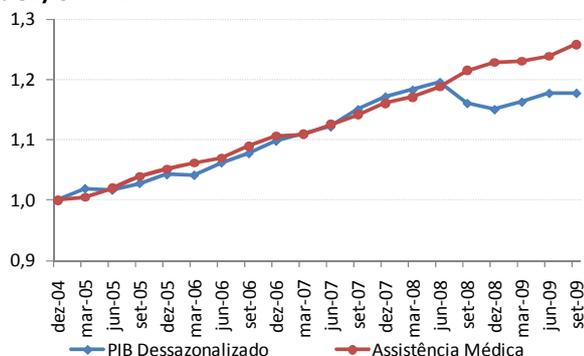
Variável	Jan-Set 2008	Jan-Set 2009	Δ% no período	
PIB (R\$ Bilhões correntes)	2,22	2,29	3,0	
Consumo do governo (R\$ Bilhões correntes)	1,34	1,45	7,9	
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	408,92	452,04	10,5	
Emprego e Renda	Dez/08	Dez/09	Δ%	
			Dez-09 Dez-08	Dez-09 Set-09
População Ocupada (Em mil pessoas)	21.506	21.814	1,4	1,4
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	10.574	10.749	1,7	2,3
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.641	1.611	-1,8	-4,5
Renda média real (R\$)				
Setor privado com carteira assinada	1.314,60	1.287,50	-2,1	-0,7
Setor público	2.131,85	2.188,00	2,6	0,3
Inflação	Dez/08	Dez/09		
IPCA (%) – Variação em 12 meses	5,90	4,31		
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	9,81	-1,72		
Juros e Câmbio	Dez/08	Dez/09	Δ% Em 12 meses	
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	13,75	8,75	- 5,0 p. p.	
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	2,337	1,7412	-26%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

*Consolidado no ano

2. Saúde Suplementar em Números

Gráfico 9 - Evolução de beneficiários em Assistência médica em relação ao PIB - N° índice dez/04 = 1

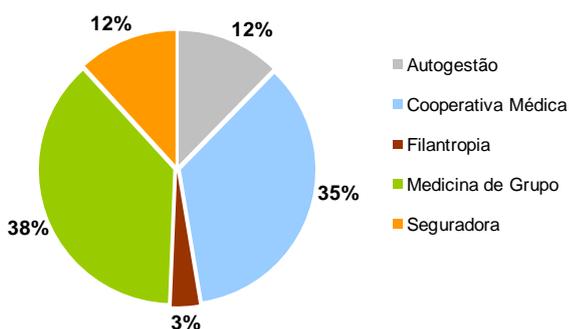


Fonte: ANS-Tabnet e IBGE

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar são os divulgados em dezembro, com data-base setembro de 2009, já analisados na Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de dezembro 2009, disponível em <http://www.iless.org.br/html/notas.asp>.

A expansão do número de beneficiários não foi fortemente afetada pela crise econômica. Após baixo crescimento no primeiro semestre de 2009, o mercado de saúde suplementar cresceu 1,6% nos planos médicos e 4,7% nos odontológicos no terceiro trimestre de 2009. Mantidas a expansão do emprego formal e da renda real do trabalhador o mercado deve alcançar crescimento expressivo em 2010, acima de 5% (a média do crescimento de 2004 a 2008 foi de 5,4%).

Gráfico 10 - Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por modalidade em Set/09



Fonte: ANS-Tabnet

2.1 Destaques do setor

Em 2010 a ANS completa 10 anos de atuação. Já no final de dezembro de 2009, a ANS publicou as RN 206 a 209 e suas respectivas instruções normativas que alteram as regras para garantias financeiras e o plano de contas padrão. As normas unificam as regras das seguradoras e demais operadoras, incorporam os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e alteram a contabilização das contraprestações pelo seu rateio diário, com a conseqüente reversão da Provisão de Risco. As resoluções já vigoram em 2010.

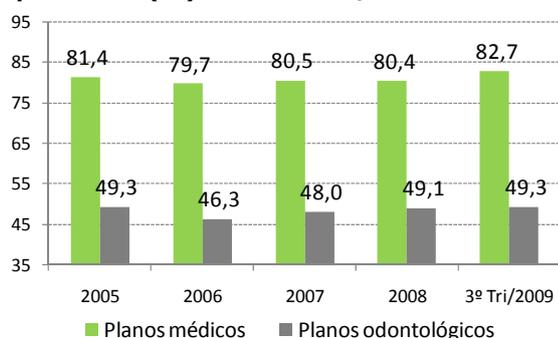
As novas regras devem trazer mais confiança no mercado, especialmente para os consumidores. O processo de consolidação do setor via maior qualidade técnica das operadoras deve continuar.

Após intensa discussão nas câmaras técnicas uma nova atualização do Rol de Procedimento foi publicada em janeiro de 2010 e passa a vigorar a partir do dia 07 de junho.

A ANS manifestou o compromisso de atualizar a cada dois anos o Rol de Procedimento. Nessa nova versão mais 70 procedimentos foram incluídos na cobertura mínima obrigatória dos planos de saúde (54 para o segmento médico-hospitalar e 16 para a odontologia), totalizando 3.081 itens.

A atualização do Rol de Procedimentos é uma necessidade frente ao desenvolvimento da assistência à saúde, que passa por um período de extraordinário avanço tecnológico. A atualização vem ao encontro

Gráfico 11 - Taxa de sinistralidade da saúde suplementar (%) - 2005 a Set/09



Fonte: Caderno de Informação ANS - Tabela 2.10

das aspirações pessoais e torna mais acessíveis procedimentos que a tecnologia desenvolveu.

A introdução de novos procedimentos sempre terá impacto no uso dos serviços por parte dos beneficiários. O aumento da utilização acarreta aumento das despesas assistenciais e do retorno que os beneficiários recebem em troca do pagamento das mensalidades. Nos planos médicos a incor-

poração no Rol tem efeito diferenciado entre as diversas operadoras, dependendo do porte, da região geográfica e da cobertura oferecida. Alguns desses procedimentos já são cobertos por alguns planos. No segmento odontológico o impacto pode ser maior, pois dos 16 procedimentos incluídos, 6 incluem próteses. Essa inclusão pode gerar uma explosão na procura devido a demanda reprimida por esse tipo de serviço, que deve ter impactos nos custos assistenciais e no preço dos planos exclusivamente odontológicos.

2.2 Resumo – Saúde Suplementar

Tabela Síntese – Saúde Suplementar – Setembro de 2009					
	Set/08	Jun/09	Set/09	Δ% 12 meses	Δ% Jun-09/Set-09
Total	40.430	41.237	41.893	3,6	1,6
Individual	8.862	8.928	9.046	2,1	1,3
Coletivo	29.523	30.350	30.883	4,6	1,8
Não Informado	2.044	1.959	1.964	(3,9)	0,2
Antigos	10.330	9.706	9.541	(7,6)	(1,7)
Novos	30.100	31.531	32.352	7,5	2,6
0 a 18 anos	10.220	10.234	10.348	1,3	1,1
19 a 58 anos	25.395	26.011	26.475	4,3	1,8
+ 59 anos	4.797	4.977	5.056	5,4	1,6
Feminino	21.458	21.925	22.236	3,6	1,4
Masculino	18.972	19.312	19.657	3,6	1,8
Referência	5.764	5.855	5.969	3,6	2,0
Hosp. + Amb.	29.869	30.679	31.153	4,3	1,5
Hospitalar	726	715	713	(1,7)	(0,3)
Ambulatorial	2.121	2.112	2.167	2,2	2,6
Não Identificados	1.950	1.876	1.890	(3,1)	0,7
Autogestão	5.211	5.148	5.138	(1,4)	(0,2)
Cooperativa	13.767	14.406	14.719	6,9	2,2
Filantropia	1.379	1.325	1.357	(1,6)	2,4
Medicina de Grupo	15.315	15.471	15.764	2,9	1,9
Seguradora	4.758	4.886	4.915	3,3	0,6
Norte	1.258	1.300	1.331	5,9	2,4
Nordeste	4.878	5.094	5.162	5,8	1,3
Sudeste	26.896	27.214	27.593	2,6	1,4
Sul	5.508	5.663	5.813	5,5	2,6
Centro Oeste	1.890	1.965	1.992	5,4	1,4

3. Equipe Técnica

José Cechin - Superintendente Executivo

Carina Burri Martins - Coordenadora

Francine Leite - Pesquisadora

Marcos Paulo Novais Silva - Pesquisador

Shirlei Freire Cavalcante - Pesquisadora